

**A MUDANÇA COMPORTAMENTAL PARA A PRÁTICA DO
EMPREENDEDORISMO EM DECORRÊNCIA DE NOVOS
CENÁRIOS ECONÔMICOS**

SANTOS, Ana Clarice dos
FONTES, Selma Velozo
MEDEIROS, Beatriz Vitória P. G. de Oliveira

RESUMO

Estudo bibliográfico que relaciona o comportamento do jovem empreendedor brasileiro com as mudanças ocorridas no cenário econômico do país em meados dos anos 1990. Com base em estudos realizados sobre os temas de: conceito de empreendedorismo, comportamento empreendedor, características do empreendedor brasileiro, mudanças econômicas ocorridas nos anos 1990 e o Plano Real. Foram abordados no decorrer do presente trabalho os fatos, os objetivos e impactos dessa atuação. O presente trabalho tem como objetivo geral a apresentação de como a prática do empreendedorismo, entre os jovens brasileiros, tornou-se o principal instrumento de utilização para o alcance de empregabilidade. Para alcançar o objetivo geral proposto, foram estabelecidos como objetivos específicos: a identificação do perfil do jovem empreendedor brasileiro e a apresentação das mudanças do cenário econômico, que criaram as condições para estimular a prática empreendedora de tal jovem. Constatou-se ao final do estudo que o Plano Real, plano econômico esse ainda em vigor no Brasil, foi aquele que auxiliou o país na diminuição significativa da altíssima inflação, ocorrida nos anos antes da implementação de tal plano, o que ocasionou o desenvolvimento do mercado de trabalho e também do empreendedorismo no país.

PALAVRAS-CHAVE: Empreendedorismo. Comportamento. Comportamento Empreendedor. Mudanças Econômicas. Plano Real.

1. INTRODUÇÃO

1.1 FORMULAÇÃO DO PROBLEMA

O presente tema, apresentado como o modo e a influência das mudanças econômicas no decorrer dos anos 1990 até os dias atuais no comportamento de jovens empreendedores brasileiros; é de extrema importância hoje, pois aborda comportamentos necessários a empreendedores diante dos desafios das constantes mudanças econômicas no cenário nacional.

Diante da problemática apresentada, pode-se questionar se realmente a mudança no cenário econômico contribuiu para estimular a prática empreendedora do jovem brasileiro, tendo em vista e como ponto de partida, o desenvolvimento do Plano Real, ocorrido no Brasil no início dos anos 1990.

O presente artigo tem como objetivo geral a apresentação de como a prática do empreendedorismo, entre os jovens brasileiros, tornou-se o principal instrumento de utilização para o alcance de empregabilidade.

Para o alcance desse objetivo geral, foram estabelecidos como objetivos específicos a identificação do perfil do jovem empreendedor brasileiro e a apresentação das mudanças do cenário econômico, que criaram as condições para estimular a prática empreendedora de tal jovem.

A pesquisa foi qualitativa e classificada como descritiva pois teve o objetivo de análise a partir de uma situação geral para uma particular, com a apresentação das mudanças econômicas ocorridas nos anos 1990 e o seu impacto no comportamento do jovem brasileiro e uma avaliação particular do comportamento desse empreendedor e a sua relação com as mudanças econômicas ocorridas em tal período. Segundo Marconi e Lakatos (2012), a classificação descritiva descreve uma situação conforme estudo realizado em determinado espaço-tempo.

A pesquisa documental e bibliográfica teve como fim elucidar conteúdos e teorias de referência do problema apresentado com o intuito de auxiliar a afirmação ou a refutação da questão apresentada.

O trabalho foi estruturado em introdução, primeira seção, e mais duas outras seções. Na seção dois, é feita uma revisão de literatura, enfocando os conceitos básicos, a respeito do empreendedorismo e seus conceitos sob o enfoque de diferentes autores estudados, além da abordagem do comportamento básico do empreendedor brasileiro.

A terceira seção aborda as mudanças econômicas no cenário brasileiro a partir dos anos 1990, com ênfase nas principais mudanças que afetaram o comportamento empreendedor, além de focar no acontecimento do Plano Real e compará-lo em períodos de tempo antes e depois, a fim de analisar o comportamento empreendedor dentro de tais períodos.

E por fim, são apresentadas as considerações finais sobre a pesquisa bibliográfica empreendida.

2. REVISÃO DA LITERATURA

2.1 CONCEITO DE EMPREENDEDORISMO

Segundo Peter Drucker (1999), o novo ambiente de negócios, a nova organização centrada na tecnologia e na informação, e, por consequência, o novo trabalhador, são tendências fundamentais que conduzem à chamada Sociedade do Conhecimento. Portanto, percebe-se que, com a nova sociedade e função gerencial, o administrador passa a ser um empreendedor. Para o mesmo autor, o termo empreendedor foi primeiro utilizado na França do século XVI, através do termo francês *entrepreneur*. Posteriormente, o conceito foi citado por vários autores e pesquisadores, sendo definido como aquele que “assume o risco” de revender produtos comprados de um terceiro, em momentos distintos (RICHARD CANTILLON, 1667/1734. *apud* COLOSSI, Nelson, 2013, p.37).

De acordo com o economista britânico Adam Smith (1776), o empreendedor é um proprietário capitalista, ou seja, aquela pessoa que proporciona o capital para que aconteça o processo produtivo e, dessa forma, se coloca entre o trabalhador e o consumidor de determinado produto.

Já por J.B. Say (*apud* COLOSSI, Nelson, 2013), economista francês, o empreendedor se define por aquela pessoa que é remunerada por lucro e, sendo assim, tem uma preocupação com a criação de negócios. Portanto, é aquele que corre riscos e, por isso, ele pode ser classificado como o agente da inovação e da mudança.

“Empreendedor é aquele que faz novas combinações produtivas, produz novos produtos ou desenvolve novos processos voltados à expansão da economia, além de identificar novos mercados ou fontes de suprimentos mais efetivas para a sua produção. Assim, é o principal responsável pela criação de novos tipos de organização na sociedade.” (JOSEPH SCHUMPETER, 1982).

“Empreendedor é aquele que funda uma empresa ou amplia o seu negócio, ou seja, que corre riscos viáveis para atingir seus objetivos e interesses e é movido por sua insatisfação e, por isso, busca mudanças, reagindo à tal insatisfação e explorando o ambiente à procura de novas oportunidades.” (PETER DRUCKER, 1999).

Portanto, diante de todos esses conceitos, percebe-se que, segundo o autor citado anteriormente, o empreendedor não é apenas um capitalista ou somente um investidor, mas uma junção das duas atividades, pois ele precisa tanto de capital quanto da necessidade de assumir riscos a fim de iniciar um novo negócio. E assim, na realidade, tal conceito se aproxima do significado de administrador ou gerente: é alguém que direciona suas ações para alcançar resultados de modo a atender tanto objetivos pessoais, quanto organizacionais.

Além disso, em comparação às duas últimas citações, as de Joseph Schumpeter (1982) e Peter Drucker (1998), percebe-se que elas estão muito próximas do conceito e prática empreendedora que se encontram na sociedade atual, pois em um mundo em constante mudança; a insatisfação, a busca por mudanças, a exploração e a inovação do ambiente e mercado, juntamente com a capacidade de assumir riscos para gerar novos suprimentos e produtos em tal mercado, dentre outras características empreendedoras, são vigentes na atualidade, no que diz respeito às contínuas mudanças econômicas e sociais.

Filion (1999) salienta também que o empreendedor é aquele indivíduo considerado capaz de gerar mudanças no meio em que vive, pois, como já disse J.B. Say, ele é o agente da inovação e da mudança.

“Não basta o negócio ser novo para ser considerado empreendedor. É preciso que se estabeleça um novo mercado e, com ele, um público-alvo.”
(PETER DRUCKER, 1999).

Assim, em comparação com as duas citações referentes anteriormente, as ações do empreendedor são baseadas no ambiente em que ele se encontra, em seus problemas e situações que ainda não têm solução, além de qual público-alvo ele irá atingir e solucionar as problemáticas com o desenvolvimento da sua organização. Para que isso aconteça de forma correta, é necessário o conhecimento do negócio e do mercado, ou o estabelecimento de um novo mercado, para que ele atinja seus objetivos como empreendedor, além de desenvolver habilidades e competências essenciais para agir a fim de atingi-los.

Em uma visão mais atual do conceito de empreendedorismo, existem alguns autores que deram sua contribuição para que se fosse feito estudos mais recentes sobre essa temática.

Segundo Dornellas (2001), com o passar do tempo, o mundo vem sofrendo diversas transformações em curtos períodos, como exemplo o século XX, onde se criaram a maioria das invenções responsáveis por revolucionarem o modo de viver da grande maioria das pessoas, criou-se, portanto, uma certa “explosão da inovação”, pois diante dos olhos da maioria achavam-se métodos nunca antes vistos ou imaginados. E, por detrás de tantas novidades, despertavam e ingressavam na história seres conhecidos hoje como empreendedores, pessoas essas que são visionárias, questionam, arriscam, querem algo diferente, enxergam novas maneiras de fazer atividades simples do cotidiano, com enorme motivação, paixão no que fazem, com a inquietude de não se contentarem em ser mais um na multidão, por querer ser reconhecido, admirado, enfim deixar sua marca, seu legado. (DORNELLAS, 2001).

Portanto, nos atuais dias, pessoas empreendedoras são vistas como fontes da criação de novas empresas, dessa maneira, o empreendedorismo está vinculado a despertar nas pessoas o desejo de criação de novos negócios (HECKE, 2011. *apud* OSWALD, Rosiane, 2017).

2.2 COMPORTAMENTO EMPREENDEDOR

Com a finalidade de tomar a ação de natureza do comportamento empreendedor, é necessário que a pessoa que visa tal fim tenha determinadas características. Características essas que podem ser ensinadas e aprendidas, para atingir o objetivo anteriormente exposto. É certo, entretanto, que algumas qualidades, valores e características acompanham um empreendedor durante toda sua vida, enquanto outros são adquiridos com a experiência durante todo o processo.

Segundo Morais (2000, *apud* Bueno, Leite e Pilatti, 2004), algumas pessoas nascem empreendedores, outras podem obter as qualidades pela prática e desenvolvimento constante pela prática de determinado esforço, para que possam obter e, em consequência, fazer crescer tais características devidas aos que podem ser considerados empreendedores.

Assim sendo, de acordo com um artigo publicado pelo Sebrae (2016), algumas das competências, qualidades e características de um bom empreendedor são iniciativa e coragem, visão estratégica, capacidade de liderança e capacitação constante. Também a visão de um autor citado nesse mesmo artigo pode complementar tal exposição, sendo que, para ele, o que descreve um empreendedor é aquele que imagina, desenvolve e realiza visões, ou seja, é alguém que pensa, planeja e age, projetando todas as fases de modo estratégico para se chegar aos objetivos e metas e conquistá-los.

Além disso, algumas outras características podem ser consideradas e ainda, podem complementar às citadas anteriormente, sendo elas, de acordo com a Escola Paulista de Negócios (2014):

- Iniciativa: ter capacidade de antecipar os fatos e criar novas oportunidades de negócios e propor soluções inovadoras.
- Persistência: enfrentar os obstáculos decididamente, buscando o sucesso.
- Correr riscos calculados: disposição ao assumir desafios ou riscos calculados e responder por eles.
- Busca de exigência e qualidade: decisão de fazer sempre mais e melhor.
- Busca de conhecimentos e informações: interesse em buscar informações atualizadas sobre o mercado em que atua, seus clientes, fornecedores, etc.
- Estabelecer metas: ter a decisão de estabelecer metas claras e objetivas, para assim, cumpri-las nos prazos estabelecidos.
- Ter persuasão e rede de relacionamentos: ter a capacidade de desenvolver estratégias de comunicação com colaboradores e clientes e manter tais relacionamentos.
- Independência e autoconfiança: a busca de autonomia em relação à normas e procedimentos, a fim de expressar confiança na sua própria capacidade de complementar soluções de tarefas.

Cada característica apresentada anteriormente, são necessárias para que um indivíduo seja chamado de empreendedor, pois elas definem uma personalidade baseada em ações em uma mentalidade empreendedora.

Portanto, é de crucial importância a observação das características mencionadas para que se possa analisá-las e, assim, obter conhecimento sobre tal comportamento empreendedor.

Porém, não existem somente as características referentes aos empreendedores, mas também, as habilidades que são percebidas como sendo características a eles.

As habilidades que todo empreendedor deve ter podem ser classificadas em três áreas, sendo elas: técnicas, gerenciais e características pessoais (REIS; ARMOND, 2012).

Cada uma dessas áreas contém determinadas competências:

Técnicas: envolve saber escrever, ouvir as pessoas e captar informações, ser organizado, saber liderar e trabalhar em equipe. **Gerenciais:** incluem as áreas envolvidas na criação e gerenciamento da empresa (marketing, administração, finanças, operacional, produção, tomada de decisão, planejamento e controle). **Características Pessoais:** ser disciplinado, assumir riscos, ser inovador, ter ousadia,

ser persistente e visionário, ter iniciativa, coragem, humildade e, principalmente, ter paixão pelo que faz. (REIS; ARMOND, 2012)

Ao analisar os comportamentos, características e habilidades inerentes aos empreendedores, percebe-se que o desenvolvimento deles é de extrema importância para aquele cuja vontade e objetivo é empreender e começar um negócio. Em vista disso, a sentença a seguir corrobora tal fato: “Pesquisas recentes realizadas nos Estados Unidos mostram que o sucesso nos negócios depende principalmente de nossos comportamentos, características e atitudes, e não tanto do conhecimento técnico de gestão como se imaginava até pouco tempo atrás.” (REIS E ARMOND, 2012).

2.3 COMPORTAMENTO DO EMPREENDEDOR BRASILEIRO (CARACTERÍSTICAS DO EMPREENDEDORISMO NO BRASIL)

Segundo os artigos GEM (2008 e 2013), os estudos afirmam que “As características recentes da economia brasileira, centrada no aumento do consumo de massa e no cenário interno, favorecem o aumento na quantidade dos empreendedores, porém esses se caracterizam como sendo pouco inovadores em atividades econômicas com pequenas barreiras de entrada e com baixa inserção internacional, particularmente de serviços.”

Assim, com base nos conceitos e argumentos apresentados, as características comportamentais inerentes aos empreendedores, como sugerido nas teorias de McClelland (1972, *apud* Krüger, Pinheiro e Minello, 2017) são:

- Busca de oportunidade e iniciativa;
- Correr riscos calculados;
- Exigência de qualidade e eficiência;
- Persistência;
- Comprometimento;
- Estabelecimento de metas;
- Planejamento e monitoramento sistemáticos;
- Busca de Informações;
- Persuasão e rede de contatos;
- Independência e autoconfiança.

Conforme os resultados do GEM (2005), a mentalidade empreendedora é um aspecto francamente favorável no Brasil. Os empreendedores iniciais são mais otimistas: “Mais de 55% deles afirmam que percebem boas oportunidades para se começar um novo negócio na região em que vivem nos próximos seis meses.” (GEM, 2005).

Segundo Chiavenato (2007), as características básicas do empreendedor são: necessidade de realização, disposição para assumir riscos e autoconfiança, o que se pode observar claramente nos empreendedores do Brasil.

3. MUDANÇAS ECONÔMICAS NO BRASIL NOS ANOS 1990

De acordo com Camargo (2011), ocorreu uma significativa abertura da economia brasileira à concorrência internacional, além do aumento da produtividade e competitividade da economia nacional nos anos 1990, o que contribuiu enormemente para o desenvolvimento do mercado de trabalho e da educação no Brasil. Portanto, percebe-se também que tal acontecimento influenciou significativamente o desenvolvimento do empreendedorismo no país.

3.1 AS PRINCIPAIS MUDANÇAS ECONÔMICAS

Os principais planos desenvolvidos para diminuir a inflação que abarcava o país nos anos 80 e 90, anteriores ao Plano Real, os também chamados de planos econômicos heterodoxos, não foram suficientes para atingir tal fim, gerando uma necessidade de, segundo Granai (2016) em seu artigo, compreender claramente o Plano Real, sendo necessário relembrar os planos de estabilização frustrados que marcaram a década de 80, os chamados de planos anteriores ao Plano Real, como os Planos Cruzado, Bresser e Verão, como também os de início dos anos 1990, como os planos Collor I e Collor II. Tais planos, anteriormente citados, serviram de base para o êxito do Plano Real.

Como bem aduz Granai (2016) a inflação foi o maior flagelo para a economia brasileira nos idos anos 80, sendo que a economia era impedida de crescer pela constante elevação dos preços. Isto era devido a fragilização sucessiva dos mecanismos inicialmente empregados nos anos 60, que levaram ao surgimento progressivo de uma “economia altamente indexada”.

Em 1984, o debate sobre as causas da inflação colocava-se a disposição dos *policy makers* uma série de propostas, cada uma delas tendo uma interpretação sobre as causas dos sucessivos aumentos de preços, e propunham uma medida de ação. (GRANAI, 2016)

Como demonstra Granai (2016) o debate polarizado entre heterodoxia e ortodoxia ganhou notoriedade. Embora não houvesse concordância quanto as causas da inflação, porém, um elemento em particular chamaria atenção, o intitulado “aspecto inercial” da inflação brasileira.

Com a finalidade de compreender mais integralmente tal período econômico, é necessário a assimilação do significado de inflação inercial, o que, segundo Renzi (2016), é aquela que mantém o aumento dos preços, gerando um prosseguimento dos efeitos nocivos para o futuro. Tal acontecimento se dá à existência da memória inflacionária, que é a análise do índice da inflação atual baseada efetivamente na inflação passada, para que se obtenha o índice da inflação futura.

Por conseguinte, a inflação inercial se alastra com a aceleração inflacionária decorrente da elevação dos custos diretos e indiretos das empresas ou pelo aumento da procura por produtos e serviços pelos consumidores, podendo eles ser formais ou informais, afirma Renzi (2016).

De acordo com Pinheiro (1996, *apud* GIAMBIAGI, Fábio; MOREIRA, Maurício Mesquita, 1999), a taxa média de crescimento da economia no país foi baixíssima, somente de

2,1% ao ano, gerando uma estagnação do PIB per capita entre os anos de 1980 e 1993, portanto no período anterior ao Plano Real. O crescimento de tal PIB também foi bastante irregular, oscilando entre períodos de expansão da economia e os da sua declinação. A indústria, principal veículo locomotor do crescimento econômico desde o governo presidencial de Juscelino Kubitschek, cujo mandato ocorreu entre 31 de janeiro de 1956 à 31 de janeiro de 1961, foi singularmente atingida, além de a sua participação no Produto Interno Bruto brasileiro ter diminuído quase 40% em 1980 para 29,1% no ano de 1993.

Portanto, no decorrer desses anos de 1993 e 1994, após um longo período de cobrança de taxas inflacionárias elevadas, o Brasil conseguiu implantar a estabilização dos preços, mais especificamente em 1994, gerando o crescimento da economia nacional mesmo com a existência de taxas moderadas, de acordo com Malan (1998), mencionado no artigo no BNDES (GIAMBIAGI; MOREIRA, 1999). Além disso, o país também atravessou inúmeras mudanças estruturais, o que acarretou a implementação de um novo tipo de sua inserção internacional (MALAN, 1998, *apud* GIAMBIAGI, Fábio; MOREIRA, Maurício Mesquita, 1999).

Com isso, a abertura econômica e a privatização, geradas pelas mudanças ocorridas em tal período e que podem ser relacionados à estabilidade econômica, derivaram um expressivo incentivo aos investimentos tanto nacionais como internacionais. Logo, houve um aumento da produtividade, sendo viável ser tanto no ramo industrial quanto na geração de emprego e no empreendedorismo, ainda que partindo de um baixo patamar (GIAMBIAGI; MOREIRA, 1999).

Desse modo, o cenário econômico foi envolvido por várias mudanças constantes, de acordo com os fatos apresentados anteriormente, gerando o desenvolvimento e implementação de diversos planos econômicos, com a finalidade de diminuir a inflação no Brasil. Segundo o artigo de Crivelenti e Castro (2016), o Plano Real, aquele que auxiliou realmente na diminuição da inflação entre outros fatores, pode se resumir em:

- REAL - MARÇO DE 1994

O Plano Real é dividido em três fases: a primeira, que se inicia antes mesmo do anúncio do Plano Real, em meados de 1993, quando o governo de Itamar Franco comunicou um ajuste fiscal para adequar as contas públicas; a segunda, em março de 1994, que começou com a criação da Unidade Real de Valor (URV), ajustada diariamente pela inflação corrente, sendo ela calculada com base nos preços, contratos e taxa de câmbio; e a terceira, que teve a finalidade de realizar a reforma monetária, criando a nova moeda, chamada Real, no dia 1 (primeiro) de julho de 1994, a partir da cotação da URV, criado na fase anterior. Portanto, o Plano Real prosseguiu com a política de ancoragem cambial (era sustentada pela manutenção da taxa básica de juros em níveis altos), a qual foi possibilitada pelas reservas internacionais acumuladas desde 1990. Durante tal processo, pois, a inflação foi reduzida a quase zero sem que tenha havido algum congelamento de preços.

“[...] Para chegar até o real, foram feitas outras tentativas de acabar com a escalada dos preços. A primeira delas aconteceu em 1986, durante o governo de José Sarney. Era o Plano Cruzado, que congelaria os preços por alguns meses, até se tornar insustentável. Depois dele, vieram Bresser, Verão e o Plano Collor, com seu traumático confisco de poupanças. Todos tiveram um resultado positivo nos primeiros

meses de vigência, mas nenhum foi bem-sucedido ao longo prazo.” (BOURROUL; FERREIRA, 2017)

Portanto, no desenvolver e no fracasso de todos os planos econômicos anteriores, o êxito do Plano Real, de acordo com Bourroul e Ferreira (2017), se deu pelo fato de que ele entrou para a história econômica do Brasil como aquele que encerrou a inflação da época e inaugurou um ciclo novo de desenvolvimento econômico, fazendo com que a economia do país se estabilizasse, a inflação fosse diminuída e amenizada e a respectiva economia se desenvolvesse.

3.2 PLANO REAL

De acordo com Sicsú (2014), o Plano Real, lançado em 1994, foi um plano econômico influenciado pelas ideias do economista inglês John Maynard Keynes e pelas experiências hiperinflacionárias europeias da primeira metade do século XX. Entretanto, no Brasil, a implementação de tal plano contou com uma questionável administração de economistas nacionais e com as (des)orientações do Fundo Monetário Internacional (FMI), com as ações baseadas nos planos implementados nos anos anteriores. Diferentemente dos planos econômicos de estabilização ortodoxos e heterodoxos anteriormente desenvolvidos no Brasil, o Plano Real não teve um dia específico de início, pois as ações governamentais, além de terem sido continuadas pelo processo de desenvolvimento dos planos anteriores, foram feitas em duas fases: a do ajuste fiscal e a que daria fim ao processo de anulação do ajuste da economia através da URV, que foi a Unidade Real de Valor.

“O valor da URV era atrelado ao dólar, a explicação teórica se dava pela seguinte maneira: Em economias com hiperinflação, os preços passam a seguir a cotação de outra moeda, geralmente o dólar, por tanto, um indexador atrelado à moeda americana, diferentemente de cenários inflacionários comuns onde a inflação ainda se alimenta dos índices passados. O novo indexador funcionava como uma “quase-moeda”, servindo como unidade de conta, mas não como meio de pagamento, que permaneceu sendo o cruzeiro real. Em 1 de julho de 1994, a URV foi extinta, sendo criado o real. Didaticamente, a URV se transformou em uma moeda, o real. As ideias de se criar uma unidade monetária indexada, já estava presente nos debates na década de 80 [...] Logo após a adoção do real, a inflação começou a ceder, houve ganhos reais de salários, graças ao fim do imposto inflacionário.” (GRANAI, 2016)

Portanto, percebe-se através dos estudos de Granai (2016) que, o processo de estabilização e as mudanças geradas pelo Plano Real serviram de base para o crescimento ocorrido nos governos posteriores, pois ações como a devolução do poder de compra aos trabalhadores por meio da criação de uma moeda estável, a promoção de um ambiente saudável para formalização de contratos a longo prazo, a abertura econômica e o fortalecimento de instituições que prezam pela governança da moeda foram algumas medidas consequentes desenvolvidas e aplicadas de forma concreta pelo governo da época e que são adotadas ainda nos dias atuais para o sustento da economia brasileira.

De acordo com Bourroul e Ferreira (2017), a FGV explicita que a diferença entre o Plano Real e os planos antecessores foi a transparência e a antecedência, ou seja, nada foi feito de modo anônimo ou surpresa, não houve congelamentos dos preços e, com isso, as medidas foram introduzidas aos poucos.

3.3 MUDANÇA NO EMPREENDEDORISMO BRASILEIRO COM O PLANO REAL

Com a implementação do Plano Real no Brasil, no início dos anos 1990, mais especificamente em 1994 e a sua continuação nos anos seguintes, houve uma estabilização na economia do país, pois tal estabilização permitiu avanços, como a formalização do mercado de trabalho, a diminuição da desigualdade social, dentre outros acontecimentos, de acordo com Pequenas Empresas, Grandes Negócios (2014, *apud* CONTEÚDO, Estadão, 2014).

Apesar da estabilidade, que colocou o País num novo patamar de desenvolvimento, a economia brasileira ainda tem diversos desafios, como a própria manutenção dos índices de inflação e a até redução deles para patamares similares aos de países desenvolvidos. O Brasil ainda não conseguiu, por exemplo, resolver um dos eternos dilemas: conjugar alto crescimento com uma baixa inflação. (ESTADÃO, 2014).

Segundo Pessoa (2014, *apud* CONTEÚDO, Estadão, 2014), o principal legado do Plano Real é a estabilização macroeconômica, com a redução da inflação, pois houve um determinado controle dessa inflação, em comparação às oscilações econômicas ocorridas anteriormente nos planos implementados.

O Plano Real foi muito bem desenhado, com aquela engenharia das duas moedas. Ele endereçou corretamente a questão da inflação inercial e o componente inercial da inflação foi bem atacado. No período inicial, o plano usou uma âncora cambial e quando ela estava no limite, com as reservas acabando, o sistema político se mexeu e promoveu um ajuste fiscal. Sem uma série de instituições - as mais importantes foram a negociação das dívidas estaduais e a Lei de Responsabilidade Fiscal, o plano teria acabado. Se não houvesse o complemento da parte fiscal do plano no segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso não estaríamos comemorando 20 anos do Real. (ESTADÃO, 2014)

Na época da implementação do Plano Real no país, as famílias, e conseqüentemente, toda a sociedade civil, incluindo os empreendedores, passaram ao longo tempo de suas vidas poupando as suas economias do modo mais seguro possível, a fim de garantir a sua liquidez, na caderneta de poupança, de acordo com o Diário do Nordeste (2014). Porém, um pouco anterior à essa implementação, durante o Plano Collor, como explicitado antes, houve uma atmosfera de descrédito por parte da sociedade, a partir do confisco e bloqueio dos depósitos financeiros desse mesmo governo. Por isso que, no Plano Real, o objetivo foi a estratégia da estabilidade dos preços gerando, assim, posteriormente, uma nova realidade monetária, com algumas realizações como o programa das privatizações de empresas estatais, criação de agências reguladoras, o restabelecimento do mercado financeiro nacional e dos bancos estaduais, dentre outros acontecimentos e benefícios para o país (NORDESTE, 2014).

Em vista dos argumentos apresentados, percebe-se que, com a estabilização econômica gerada pela implementação do Plano Real e como uma das conseqüências a formalização do mercado de trabalho e a estabilização da moeda nacional, o empreendedorismo se tornou mais prático e de melhor implementação e efetivação no Brasil.

3.4 COMPARAÇÃO DO COMPORTAMENTO EMPREENDEDOR ANTES E APÓS AO PLANO REAL

Segundo Caldas e Bouguignon (2014), nesse período de 20 anos de implementação, o principal legado do Plano Real foi o fim dos períodos de altíssima inflação característica dos períodos econômicos anteriores. Tal plano econômico também permitiu algumas realizações positivas na economia do país, como o desenvolvimento da indústria, o aumento da competitividade no comércio, a elevação do poder de compra da população e o crescimento do consumo.

Com o real, os empreendedores encontraram ambiente favorável para acessar o crédito, abrir capital, negociar ações na Bolsa de Valores e conquistar recursos para fazer os negócios avançarem. Os benefícios para o setor empresarial são inegáveis. Mas uma categoria que se fortaleceu nos últimos anos por causa da reestruturação foi o grupo dos consumidores. (CALDAS; BOUGUIGNON, 2014)

A implementação do Plano Real conduziu o consumidor a conhecer o verdadeiro valor do dinheiro, pois nos períodos anteriores ao Plano Real, como já mencionado, houve constante instabilidade econômica, principalmente com relação à moeda nacional e, por conta dessa nova percepção do consumidor, tal plano obteve sucesso por ter por objetivo a efetivação das estratégias que levaram o país a gerar e viver o início da sua ascensão econômica, afastando-se da alta inflação e dos seus preços. (CALDAS; BOUGUIGNON, 2014).

Com base na análise dos argumentos apresentados anteriormente e no artigo de Palombo (2011), o Plano Real, em questão do consumo no país, favoreceu as camadas com renda mais baixa da população a consumir, que não tiveram como alternativa instrumentos financeiros para se proteger das perdas inflacionárias. Tal demanda reprimida somada do alargamento dos prazos e acesso mais fácil ao crédito, a despeito de medidas de controle do governo, resultaram na trajetória ascendente do consumo privado, gerando, assim, também, um incentivo à ampliação do empreendedorismo no país. (PALOMBO, 2011).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com os fatos e argumentos apresentados no decorrer do trabalho, foi possível perceber que o Plano Real, plano econômico esse ainda em vigor no Brasil, foi aquele que auxiliou o país na diminuição significativa da altíssima inflação, ocorrida nos anos antes da implementação de tal plano, o que ocasionou o desenvolvimento do mercado de trabalho e também do empreendedorismo no país.

Além disso, percebeu-se também que os planos econômicos implementados no Brasil anteriormente ao Plano Real; sendo eles Cruzado, Cruzado 2, Bresser, Verão, Collor I e Collor II; foram sem sucesso em seus resultados e objetivos, fazendo com que o Plano Real fosse ainda mais bem elaborado e sucedido em seus propósitos, pois possibilitou com que ele se perpetuasse até os dias atuais como o plano econômico vigente.

Dessa maneira, sendo a valorização da nova moeda nacional um dos objetivos alcançados do Plano Real, a economia brasileira se desenvolveu, assim como a geração de empregos e o avanço ainda maior do empreendedorismo no país, mudando, conseqüentemente, o seu cenário na economia.

Portanto, o Plano Real teve e tem, ainda atualmente, uma crucial importância no desenvolvimento da economia brasileira e, como consequência, também no avanço e

aperfeiçoamento do empreendedorismo e suas características, gerando um crescimento do país.

5. REFERÊNCIAS

BOURROUL, Marcela; FERREIRA, Michelle. **Especial 20 anos do Plano Real**. 2017. Disponível em: <<http://20anosdoreal.epocanegocios.globo.com/>>. Acesso em: 12 jun. 2018.

BUENO, Ana Maria; LEITE, Dr^a. Magda L.g.; PILATTI, Dr. Luiz Alberto. **Empreendedorismo e comportamento empreendedor: como transformar gestores em profissionais empreendedores**. 2004. 6 f. Tese (Doutorado) - Curso de Engenharia de Produção, Engenharia, Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Florianópolis, 2004.

CALDAS, Mikaella; BOUGUIGNON, Natalia. **Plano Real: o legado para a economia**. 2014. Disponível em: <<http://gazetaonline.globo.com/planoreal/>>. Acesso em: 16 jul. 2018.

CAMARGO, José Márcio. **Abertura da economia nos anos 1990 teve efeito sobre os empregos no Brasil**. 2011. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/>>. Acesso em: 21 maio 2018.

CAMPELLI, Magali; et al. – **Empreendedorismo no Brasil: situação e tendências**. Disponível em <<http://www.redalyc.org/html/2735/273519438007/>>- Acessado em 29/08/2017.

COLOSSI, Nelson – **Empreendedorismo Contemporâneo**. 2013. Disponível em <<http://docplayer.com.br/17835682-Empreendedorismo-contemporaneo.html>>. Acessado em 29/10/2018.

CONTEÚDO, Estadão. **Economistas apontam desafios e legados do Plano Real**: Lançamento da moeda completou 20 anos. 2014. Disponível em: <<https://revistapegn.globo.com/Noticias/noticia/2014/07/economistas-apontam-desafios-e-legados-do-plano-real.html>>. Acesso em: 14 jul. 2018.

CHIAVENATO, Idalberto. **Empreendedorismo**: Dando asas ao espírito empreendedor. São Paulo: Saraiva, 2007.

CRIVELENTI, Lucas; CASTRO. **Os principais planos de combate à inflação no Brasil moderno**: A pior crise é agora? A inflação já chegou a quase 2000% no país. 2016. Disponível em: <<https://epocanegocios.globo.com/Economia/noticia/2016/09/os-principais-planos-de-combate-inflacao-no-brasil-moderno.html>>. Acesso em: 07 jun. 2018.

DORNELAS, J. C. A. **Empreendedorismo: transformando ideias em negócios**. Editora Campus LTDA. Rio de Janeiro, 2001.

DRUCKER, Peter. **Desafios Gerenciais para o século XXI**. São Paulo: Pioneira, 1999. 168 p.

FILION, L.J. **Empreendedorismo: empreendedores e proprietários-gerentes de pequenos negócios**. Revista de Administração da Universidade de São Paulo, 1999.

GIAMBIAGI, Fábio; MOREIRA, Maurício Mesquita. **A economia brasileira nos anos 90**. Rio de Janeiro: BNDES, 1999. 488p.

GRANAI, Felipe Bauer. **Entendendo o Plano Real: Suas Fases e os Planos Antecedentes**: O plano que encerrou uma duradoura disputa contra a hiperinflação na economia brasileira, completa, nesta semana, 23 anos. 2016. Disponível em: <<http://lmfunesp.com.br/noticias/entendendo-o-plano-real-suas-fases-e-os-planos-antecedentes>>. Acesso em: 22 maio 2018.

KRÜGER, Cristiane; PINHEIRO, Juliano Peransoni; MINELLO, Italo Fernando. **As características comportamentais empreendedoras de David McClelland**. 2017. Universidade Federal de Santa Maria, Brasil. Disponível em: <<http://www.eumed.net/rev/caribe/2017/01/mcclelland.html>>. Acesso em: 29 out. 2018.

MONITOR, Gem - Global Entrepreneurship. **Empreendedorismo no Brasil 2005**. 2005. Disponível em: <<http://ibqp.org.br/wp-content/uploads/2016/09/Empreendedorismo-no-Brasil-2005-Relat%C3%83%C2%B3rio.pdf>>. Acesso em: 29 out. 2018.

NACIONAL, Sebrae. **Conheça características importantes para o comportamento empreendedor**. 2016. Disponível em: <<http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/conheca-caracteristicas-importantes-para-o-comportamento-empreendedor,638b5d27e8fdd410VgnVCM1000003b74010aRCRD>>. Acesso em: 13 jul. 2018.

NEGÓCIOS, Escola Paulista de. **Características do Empreendedor**. 2014. Disponível em: <<https://slideplayer.com.br/slide/385289/>>. Acesso em: 29 out. 2018.

NORDESTE, Diário do. **Efeitos do Plano Real**. 2014. Disponível em: <<http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/opiniaio/efeitos-do-plano-real-1.1049024>>. Acesso em: 16 jul. 2018.

OSWALD, Rosiane. **Empreendedorismo: uma revisão bibliométrica sobre o perfil empreendedor na base de dados Spell**. Itapiranga: Conexão, 2017. Disponível em: <<http://revista.faiacademias.edu.br/index.php/conexao/article/view/287/190>>. Acesso em: 12 dez. 2018.

PALOMBO, Paulo Eduardo Moledo. **Fatores Determinantes da Trajetória do Consumo no Brasil Pós Plano Real**. 2011. 16 f. Monografia (Especialização) - Curso de Administração, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

PORTAL SEBRAE - **GEM 2008: Empreendedorismo no Brasil**. Disponível em: <<https://m.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Anexos/GEM-Brasil-2008.pdf>>. Acessado em 29/08/2017.

PORTAL SEBRAE - **GEM 2013: Empreendedorismo no Brasil**. Disponível em: <https://m.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Anexos/GEM_2013_Pesquisa_Completa.pdf>. Acessado em 29/10/2018.

REIS, Evandro Paes dos; ARMOND, Álvaro Cardoso. **Empreendedorismo**. Curitiba: Iesde Brasil S.a., 2012. 332 p.

RENZI, Carlo. **O que é inflação inercial**. 2016. Disponível em: <<http://www.cr2multimercados.com.br/o-que-e-inflacao-inercial/>>. Acesso em: 07 jun. 2018.

SCHUMPETER, Joseph. **A teoria do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Abril Cultural.

SICSÚ, João. **20 anos depois: quem são os donos do plano Real?** A estabilização da inflação aconteceu ao custo da substituição de produtos nacionais por importados e o agravamento da situação fiscal.. 2014. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/economia/20-anos-depois-quem-sao-os-donos-do-plano-real-407.html>>. Acesso em: 24 maio 2018.

VILLELA, Gustavo. **Plano Collor confiscou a poupança, e Brasil mergulhou na hiperinflação**. 2015. Disponível em: <<http://acervo.oglobo.globo.com/fatos-historicos/plano-collor-confiscou-poupanca-brasil-mergulhou-na-hiperinflacao-15610534#>>. Acesso em: 08 jun. 2018.